

Especial

IMPEACHMENT Diante da forte crise econômica, desafio será fazer cortes nos programas sociais sem comprometer os avanços obtidos

Menos verba para o social

CIARA CARVALHO
ciaracalves@gmail.com

Rayanne Raíza Alves de Oliveira diz muito sobre o Brasil de 2016. Sertaneja de Tabira, filha e neta de agricultores, saiu da zona rural para a cidade fugindo da seca. É mulher, negra e cotista. Será a primeira de uma família, em sua maioria de analfabetos, a ter curso superior. Quando entrou na Universidade Federal de Pernambuco, era, em sua sala, a única aluna cotista do curso de Engenharia Naval. É símbolo de uma geração de jovens que, nos últimos anos, mudou o perfil das universidades públicas do País. Uma geração de brasileiros que, graças a programas sociais, experimentaram uma melhoria na qualidade de vida. A grave crise econômica e a necessidade urgente de ajuste fiscal, no entanto, criaram uma limitação de investimentos públicos, obrigando o governo a rever gastos sociais. Especialistas ouvidos pelo **JC**, nas áreas de educação, moradia, finanças e inclusão social, são unânimes em afirmar que os cortes são inevitáveis. O desafio do presidente Michel Temer é cortar com transparência e otimizar a gestão dos programas, gastando menos com melhores resultados.

O economista da Universidade Federal de Pernambuco Gustavo Sampaio diz que, em um cenário em que 66% do orçamento anual do governo está comprometido com a dívida pública, não enxugar é levar o País a um quadro econômico insustentável. “Se há descontrolado fiscal, a inflação sobe. E, se ela sobe, é ruim para todo mundo. Pior ainda para os mais pobres. Não adianta dar com uma mão e tirar com a outra”, afirma. Sampaio lembra que a própria ex-presidente Dilma Rousseff, logo após ser eleita, começou a fazer cortes em programas sociais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Ciências sem Fronteiras. “Esses ajustes já vinham acontecendo. O que vamos ver, daqui por diante, é a reformulação de muitos programas para que eles se adequem à difícil realidade econômica. Onde o governo puder reduzir sua participação e aumentar os níveis de contrapartida dos beneficiários, isso será feito”, explica.

Ele dá o exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 e que já investiu, ao longo dos últimos oito anos, mais de R\$ 300 bilhões em moradia popular. O programa tem três faixas de atendimento, que variam de acordo com o rendimento da população. Na faixa 1 estão justamente os brasileiros que recebem até R\$ 1.800. Sampaio acredita que, até pelos empregos que o programa gera na área da construção civil, não haverá descontinuidade das ações. Mas a prioridade será dada ao público que possui uma capacidade maior de financiar parte do valor do imóvel. “Acredito que essa migração seja inevitável, para que o programa não fique tão oneroso para os cofres do governo”, observa. Socorro Leite, da ONG Habitat para a Humanidade, que tem assento no Conselho Nacional das Cidades, também acredita que a tendência será incentivar o financiamento como contrapartida para a construção de novas unidades habitacionais do programa. “Quem é mais pobre, no entanto, vai ser penalizado, já que muitos sequer possuem renda formal”, pondera.

A educação é uma das áreas onde o legado social dos 13 anos de governos petistas provocou transformações mais visíveis. A política de cotas, a interiorização das universidades públicas, programas de financiamento para estudantes carentes, criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – todas essas ações ajudaram a melhorar indicadores educacionais, mas também demandaram um volumoso aporte de recursos no orçamento do governo federal. “Temos muito a celebrar. Muitas frentes foram abertas, mas é claro que o cenário econômico mudou e os investimentos agora precisam ser mais estratégicos. Temos que priorizar os programas de maior impacto e com retorno mais eficiente”, afirma Priscila Cruz, presidente-executiva da ONG Todos pela Educação, que monitora indicadores educacionais e ajuda na formulação de políticas públicas para o setor.

À frente do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos diz que, com dinheiro de menos e demandas demais, o novo governo precisará focar em áreas onde os resultados não acompanharam os altos investimentos feitos. Ele cita, por exemplo, o ensino médio, onde o custo do aluno/ano mais que dobrou (hoje é de R\$ 5,5 mil) e os índices de aprendizagem continuam precários. “Eu colocaria toda a energia na melhoria do ensino médio e na ampliação das escolas em regime integral”, avalia. Sobre programas que tiveram recursos reduzidos e até suspensos, como o Ciências sem Fronteiras, Mozart Neves diz que não interromperia essas iniciativas, mas reformularia os programas para que eles apresentassem resultados mais eficientes.

Especialista em políticas de inclusão social, o sociólogo Rafael Osório, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), avalia que o atual governo vai condicionar os cortes à efetividade dos programas. “No caso do Bolsa Família, não vejo margem para grandes mudanças. Os indicadores atrelados ao programa são muito positivos. O que se deve fazer é aperfeiçoar ainda mais os mecanismos de controle”, afirma. O pesquisador do Ipea vai para a ponta do lápis para mostrar que a relação custo-benefício do programa também é muito alta. “São 50 milhões de pessoas atendidas a um custo anual de R\$ 30 bilhões. Considerando o impacto na economia dos municípios e os resultados já avaliados, o programa funciona muito bem. É, de acordo com avaliações internacionais, uma das melhores experiências em programas de transferência de renda”, ressalta.

Carta ao presidente

A pedido do **JC**, a estudante Rayane Alves escreveu uma carta endereçada ao presidente Michel Temer. Nela, conta sua história e fala de suas expectativas em relação ao futuro e às ações do novo governo na área de educação.

Caro presidente Michel Temer,

Sou Rayanne Alves, tenho 23 anos, mulher negra, estudante de Engenharia Naval da Universidade Federal de Pernambuco, natural da cidade de Tabira, Sertão de Pernambuco. Aprendi a lidar com as dificuldades da vida desde cedo, quando, no ano de 1993, ainda recém-nascida, tive que sair da minha casa, que ficava na zona rural, junto com minha família, para morar na cidade. Fugia da seca e da fome, que assola boa parte do Nordeste.

Estudar então se tornou objetivo para um futuro promissor e uma graduação passou a ser um sonho que precisava ser trilhado como meta. Não apenas pessoal, mas por todos. Por todos aqueles que enfrentaram e enfrentam o que vivi.

O sistema de cotas veio para equiparar as desigualdades de acesso dos estudantes de escolas públicas em relação aos de escolas privadas, mas, mesmo assim, depois de ter concluído o ensino médio, passei dois anos estudando dia e noite para conseguir a tão sonhada vaga na universidade.

Mas entrar na universidade pode parecer uma tarefa fácil para uma menina que, apesar das adversidades, se dedicou o máximo que pôde aos estudos. Entretanto, morando a 420 quilômetros da universidade, precisei recorrer ao Programa de Moradia, através da Assistência Estudantil, prevista no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), programa este que tem por finalidade evitar a evasão de estudantes universitários e garantir a estes o acesso e a permanência em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. O que seria essencial se, na prática, acontecesse o que está no papel. Tenho acompanhado de perto, junto aos meus amigos, os cortes que a educação vem sofrendo e acredito que tudo isso contribui para que outras Rayannes não possam chegar onde estou hoje.

Por isso, presidente, quero pedir que o senhor reflita cada vez que for necessário tomar alguma decisão que possa impedir o jovem de sonhar, o pobre de conseguir inserção nessa sociedade cartesiana ocidental e, mais ainda, que possa impedir que este País de fato se torne uma nação que se preocupa com cada pessoa que luta todos os dias para fazer deste um lugar melhor de se viver.

Escrevo por mim, por todas as mulheres, negras, periféricas e filhas de mãe solteira, pela educação e por todas as pessoas que, assim como eu, tiveram ou terão que ultrapassar barreiras que pareciam impossíveis para alcançar os seus objetivos.

ARTE JC

O custo social

Um dos maiores legados da gestão petista foi a redução da desigualdade e o combate à pobreza. Diante da crise, o alto custo dos programas sociais exigirá cortes e redução de benefícios

Bolsa Família

13,9 milhões de famílias beneficiadas

50 milhões de brasileiros atendidos

30 bilhões de reais será o custo anual médio do programa, já considerando o reajuste de 12,5% concedido em julho deste ano

Minha Casa Minha Vida

2,9 milhões de unidades habitacionais foram entregues desde 2009, quando o programa foi criado

3,3 milhões de unidades habitacionais estão em construção em todo o País

313 bilhões de reais foi o investimento feito pelo programa nesses últimos oito anos

6,9 bilhões de reais é o orçamento previsto para este ano

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)

18,7 bilhões de reais é o custo anual do programa este ano

2,1 milhões de alunos são beneficiados pelo fundo

Programa Universidade para Todos (Prouni)*

1,9 milhões de alunos são beneficiados pelo fundo

(*) As instituições de ensino superior que participam do Prouni recebem isenção de impostos e contribuições, não havendo uso de recursos do orçamento do MEC ou de repasse direto às instituições



SÉRGIO BERNARDO/JC IMAGEM